



NEGROS NO AMAZONAS: CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL E AÇÃO AFIRMATIVA

Jéssica Dayse Matos Gomes¹

*Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura
na Amazônia, Manaus, AM, Brasil.*

Renilda Aparecida Costa²

*Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura
na Amazônia, Manaus, AM, Brasil.*

Resumo: A afirmação de identidades quilombolas têm sido crescentes nos últimos anos no Estado do Amazonas assim como a luta por reconhecimento de comunidades negras. A presença de africanos e seus descendentes no Amazonas tratada em segundo plano durante longos períodos da história local tem sido constantemente referenciada nas pesquisas sobre a formação cultural amazonense. As vivências negras que até pouco tempo eram silenciadas na história local tem suscitado reflexões e ressignificações entre os/as amazonenses. Com base no exposto, este estudo apresenta registros da cultura negra e discute as suas novas abordagens em determinados âmbitos da sociedade regional, tratando sobre as resistências e identidades negras no território amazonense. Utilizou-se pesquisa bibliográfica com obras que tratam sobre a presença negra no Amazonas (SAMPAIO, 2011; SILVA JÚNIOR, 2006). As fontes possibilitam a abordagem sobre história, vivências de africanos e identidades afrodescendentes no território amazonense, temas de suma importância para o conhecimento de um Amazonas Plural, contribuindo para diferentes interpretações e análises que saiam das limitações ou equívocos sobre a formação histórico-social e identidade étnico-racial na região.

Palavras-chave: afro, resistência, identidades.

BLACKS IN THE AMAZONAS: CONSTITUTION OF ETHNIC-RACIAL IDENTITY AND AFFIRMATIVE ACTION

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, Universidade Federal do Amazonas - UFAM e professora da rede pública do Amazonas (SEDUC/AM). E-mail: daysemhp@gmail.com /ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4115-886X>

² Doutora em Ciências Sociais/Unisinos, Docente do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/ UFAM e Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Indígena NEAI/UFAM, Coordenadora Regional Norte do CONNEABs E-mail: renildaaparecidacosta@gmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5416-8226>

Abstract : The affirmation of quilombola identities has been growing in recent years in the State of Amazonas, as well as the struggle for recognition of black communities. The presence of Africans and their descendants in Amazonas, treated in the background for long periods of local history, has been constantly referred to in research on Amazonian cultural formation. The black experiences that until recently were silenced in the local history have given rise to reflections and resignifications among the Amazonians. Based on the above, this study presents records of black culture and discusses its new approaches in certain areas of regional society, dealing with the resistance and black identities in the Amazonian territory. Bibliographic research was used with works that deal with the black presence in Amazonas (SAMPAIO, 2011; SILVA JÚNIOR, 2006). The sources make it possible to approach the history, experiences of Africans and Afro-descendant identities in the Amazonian territory, themes of paramount importance for the knowledge of an Amazon Plural, contributing to different interpretations and analyzes that come out of the limitations or misunderstandings about the historical-social formation and identity ethnic-racial in the region.

Keywords: afro, resistance, identities.

NEGROS EN LAS AMAZONAS: CONSTITUCIÓN DE IDENTIDAD ÉTNICO-RACIAL Y ACCIÓN AFIRMATIVA

Resumen: La afirmación de las identidades quilombolas ha ido creciendo en los últimos años en el estado de Amazonas, así como la lucha por el reconocimiento de las comunidades negras. La presencia de africanos y sus descendientes en Amazonas, tratados en segundo plano durante largos períodos de la historia local, ha sido constantemente referida en las investigaciones sobre la formación cultural amazónica. Las vivencias negras que hasta hace poco tiempo fueron silenciadas en la historia local han dado lugar a reflexiones y resignificaciones entre los amazónicos. Con base en lo anterior, este estudio presenta registros de la cultura negra y discute sus nuevos enfoques en determinados ámbitos de la sociedad regional, abordando la resistencia y las identidades negras en el territorio amazónico. Se utilizó la investigación bibliográfica con trabajos que abordan la presencia negra en Amazonas (SAMPAIO, 2011; SILVA JÚNIOR, 2006). Las fuentes permiten acercarnos a la historia, vivencias de las identidades africanas y afrodescendientes en el territorio amazónico, temas de suma importancia para el conocimiento de un Plural Amazónico, contribuyendo a diferentes interpretaciones y análisis que surgen de las limitaciones o malentendidos sobre la formación histórico-social y la identidad étnico-racial en la región.

Palabras clave: afro, resistencia, identidades

LES NOIRS DANS LES AMAZONES: CONSTITUTION DE L'IDENTITÉ ETHNIQUE-RACIALE ET ACTION AFFIRMATIVE LES





Résumé : L'affirmation des identités quilombola s'est développée ces dernières années dans l'État d'Amazonas, ainsi que la lutte pour la reconnaissance des communautés noires. La présence d'Africains et de leurs descendants en Amazonie, traités en arrière-plan pendant de longues périodes de l'histoire locale, a été constamment évoquée dans les recherches sur la formation culturelle amazonienne. Les expériences noires qui jusqu'à récemment ont été réduites au silence dans l'histoire locale ont donné lieu à des réflexions et des démissions chez les Amazoniens. Sur la base de ce qui précède, cette étude présente des archives de la culture noire et discute de ses nouvelles approches dans certains domaines de la société régionale, traitant de la résistance et des identités noires sur le territoire amazonien. La recherche bibliographique a été utilisée avec des ouvrages traitant de la présence noire en Amazonie (SAMPAIO, 2011; SILVA JÚNIOR, 2006). Les sources permettent d'aborder l'histoire, les expériences des Africains et des identités afro-descendantes sur le territoire amazonien, des thèmes d'une importance capitale pour la connaissance d'un Pluriel amazonien, contribuant à différentes interprétations et analyses qui sortent des limites ou des malentendus sur la formation historico-sociale et l'identité ethno-raciale dans la région.

Mots-clés: afro, résistance, identités.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é reconhecida pela grandiosidade em território e cultura. Entre as unidades federativas que compõem o território amazônico brasileiro está o Estado do Amazonas, onde se concentra um grande quantitativo de povos que se autodeclaram indígenas. Ainda que se considere a cultura indígena como base étnica dos amazonenses, as demais culturas como, por exemplo, a cultura negra, foram fundamentais para a constituição étnico-racial do Amazonas.

Sobre a identidade negra no Amazonas importa enfatizar que mesmo sabendo de sua importância na formação sociocultural do Estado, a presença negra ainda é tratada em segundo plano, sendo que, para Sampaio (2007), alguns teóricos justificam sua pouca importância na constituição identitária local em virtude do quantitativo escasso de africanos e seus descendentes na região terem impactado modestamente a economia regional.

Mas, ainda que a cultura amazônica possua particularidades no que diz respeito às questões étnico-raciais, deve-se considerar que a região não se limita à mítica predominância indígena. Na formação do pensamento social amazônico se propagou a crença no baixo quantitativo populacional negro como definidor de baixo impacto para

a cultura regional, mito que se mantém devido em parte a conceitos étnicos errôneos generalizados e principalmente ao desconhecimento da produção bibliográfica sobre o tema no contexto regional, que é silenciada devido ao grande projeto civilizatório brasileiro do branqueamento.

NEGROS NO AMAZONAS: CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO

A vinda e permanência de negros no território amazonense ainda levanta discussões e estranhamentos sobre o impacto cultural, social e econômico da região. Vicente Salles considera que “no Amazonas, o rio Negro tinha apenas 710 escravos negros, o que vem confirmar a tendência de concentração do contingente da população negra e mulata no baixo Amazonas e em Belém, e uma pequena participação nos rios Negro e Solimões” (SALLES, 1988, p.72).

Patrícia Maria Melo Sampaio (2011, p.280) afirma que as pesquisas recentes sobre a escravidão na Amazônia asseguram que a utilização de mão de obra negra não teve tanta representatividade econômica no século XVII e XVIII, devido o predomínio de mão de obra indígena, além da existência de uma população branca reduzida no período referenciado. A autora acrescenta que a partir da segunda metade do século XVIII se verifica um aumento importante em relação ao número de escravos negros, introduzidos na região a partir de interesses do Marquês de Pombal e suas medidas vinculadas à mediação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que objetivava ampliar o uso de mão de obra negra em substituição à mão de obra indígena.

Sampaio (2011) salienta que no exame dos dados da Capitania do Rio Negro para os anos de 1775 a 1795 já se registram a presença dos escravos mesmo em face à predominância dos índios. A capitania de São José do Rio Negro foi considerada de base econômica quase que excepcionalmente voltada para o extrativismo. Fonseca (2011, p.7) considera que “ao final do século XVIII os escravizados representavam 22,80 % do total da população amazônica. O número dos escravos do Grão Pará é significativamente maior (26,16%) que os da Capitania de São José do Rio Negro/Amazonas (3,29 %). O número pormenorizado não extingue a presença africana

no território da capitania e também não retira sua importância na constituição sociocultural do povo amazonense.

Durante o século XIX, período em que a região estava inserida em um império escravista, a historiografia local observa a permanência do tratamento de “acessório” dado aos escravos negros; também mostra que as obras no período se limitam em registrar a presença reduzida de negros escravizados e seu valor na Capitania do Rio Negro. Mas é necessário considerar que documentos apresentam dados significativos sobre os negros na região do Amazonas, onde os mesmos foram distribuídos e referenciados, sendo que suas resistências à opressão colonizadora é um dos aspectos da história negra no âmbito amazonense que pode ser destacado, entre os quais está a formação de mocambos.

Ao se analisar a história do pós-abolição na região Amazônica, em particular no Estado do Amazonas, pode-se considerar que o uso do vocábulo quilombo tem sido constante nas comunidades negras contemporâneas nas últimas décadas, sendo que este termo se tornou preferido ao contrário de mocambo, que é menos usado.

A constante utilização da palavra quilombo é justificada pela inserção precoce do termo mocambo na língua portuguesa brasileira, sendo que mocambo perdeu espaço para a popularização de quilombo ocorrida no século XX, principalmente em termos históricos, como o uso em “Quilombo dos Palmares” (TILLQUIST, 2013).

Figueiredo (1976, p. 150) afirma que “muitos dos escravos fugidos das senzalas organizaram quilombos nas imediações das principais cidades amazônicas e mesmo no interior da região”. Segundo Gomes (1996, p.46), os momentos de crise que levantavam questões como o fim do tráfico, discussões políticas sobre a legislação escravista, guerras internacionais e a propaganda abolicionista a partir de 1850 teriam sido “avaliados por parte dos escravos de determinadas regiões como favoráveis ou não para a realização de insurreições e/ou fugas coletivas para formarem quilombos”.

Os termos quilombo e mocambo são sinônimos e referem-se aos locais de difícil acesso, forma estratégica de defesa e desenvolvimento da autonomia dos negros. Em busca da tão sonhada liberdade, os escravos fugiam atravessando matas, cachoeiras, florestas, rios, montanhas e igarapés buscando escapar para outras áreas (GOMES E MARIN, 2003). Os fugitivos conseguiam aliados importantes que contribuíam para a

realização de sua odisseia de liberdade e, assim, concluindo na formação de mocambos ou quilombos.

Para Carneiro (1964, p.35) os quilombos ou mocambos estabeleceram um evento singular, único, peculiar e sinteticamente dialético na história nacional independente de sua interpretação como forma de resistência à escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação da importância das culturas africanas sobre todos os aspectos.

Nos domínios do Amazonas, os mocambos se constituíram de diferentes formas como lugares símbolos da emancipação, da resistência negra com fluxos, fronteiras e trocas culturais em suas organizações. Tais territórios de amocambados foram taxados como ameaças e um incômodo que precisava ser removido o quanto antes pelos administradores provinciais. Pinheiro (1999) considera que, na metade do século XIX, apesar de toda a repressão ao movimento cabano que envolveu os negros, ainda assim os mocambos disseminados pelo Baixo Amazonas “tornaram-se alvos prioritários nas preocupações das autoridades provinciais” (PINHEIRO, 1999, p. 158).

No contexto atual, alguns amazonenses se consideram negros, ainda que o termo pardo permaneça presente em grande parte dos registros de cidadãos nascidos no Estado, uma vez que ser negro muitas vezes pareceu ser fora do contexto da identidade da região.

Para Silva Jr. (2006), no censo do IBGE (2000) a população do Amazonas tem a composição de cor e raça dividida em brancos (24,8%), pretos (3,7%) pardos (65,7%) e amarelos ou indígenas (4,4%) denotando que o amazonense afirma ter composição de cor e raça em grande maioria parda. O autor observa que população negra no Estado do Amazonas não é composta apenas pelos indivíduos de cor preta, mas sim a soma dos que possuem cor preta e parda, expandindo ainda mais a representatividade dos afrodescendentes na população do estado.

As pesquisas científicas reforçam a presença negra na região amazônica, contrariando o senso comum de que a região é marcada pela predominância indígena e a miscigenação com o europeu, “enquanto que a contribuição social, econômica e cultural do negro é sistematicamente diminuída ou menosprezada no conjunto das etnias formadoras da sociedade amazônica” (BENCHIMOL, 1999, p. 103).

De acordo com Silva Jr. (2006), a presença negra no estado do Amazonas, segundo documentos e relatos de época, teve aporte de escravos oriundos do Pará e Maranhão possibilitando no estado influências culturais como uma manifestação das Religiões de Matriz Africanas como o Tambor de Mina e folclórica através da reconfiguração dos festejos do Boi-bumbá. O Amazonas foi o segundo estado do país a abolir a escravidão em seu território, 4 (quatro) anos antes da lei Áurea (1888).

Após uma campanha abolicionista de 16 anos, teve a African House e a fundação de bairros considerados redutos de negros na Manaus do pós-abolição como, por exemplo, a Vila São José (atual Praça da Saudade), Praça 14 de janeiro e o Zumbi dos Palmares. O Amazonas também teve em fins do séc. XIX o primeiro governador afrodescendente do Brasil, o senhor Eduardo Gonçalves Ribeiro, além de presença histórica de negros barbadianos e seus descendentes.

Há também vários registros de fugas, revoltas e insubordinações de negros que foram escravizados na Amazônia, que transitaram ou permaneceram no território do Amazonas. O registro de mocambos e trânsito de fugitivos pode ser visualizado em documentos oficiais e notas jornalísticas. As fugas e outras formas de resistência à escravidão fazem parte da história dos negros no Amazonas, assim como sua ancestralidade e manutenção de tradições.

Os antigos mocambos que resistiram no tempo e espaço do Amazonas se constituíram como comunidades de remanescentes quilombolas que lutam constantemente pela prática e respeito aos seus direitos resguardados pelo artigo 68 da Carta Magna brasileira de 1988.

Os grupos que lutam por seu reconhecimento como quilombolas têm interesses distintos na constituição da sua identidade étnico-racial. As dinâmicas de sua identidade étnica e territorialidade transitam por fronteiras que são processuais e com fluxos de culturas.

MOVIMENTO NEGRO NO AMAZONAS: RELAÇÕES ÉTNICO RACIAL NO AMAZONAS

As relações étnico-raciais no Estado Amazonas em meio a conflitos e lutas contra racismos, discriminações e estereótipos também se desenvolveram políticas de



ações afirmativas para os grupos marginalizados na sociedade local. Ainda que a identidade cabocla seja evidenciada tanto quanto a indígena no contexto étnico amazonense, iniciativas voltadas para outras identidades como, por exemplo, a negra, são desenvolvidas no estado. As políticas afirmativas tem se consolidado tanto no meio social como institucional por meios das ações dos movimentos sociais e as políticas públicas conquistadas através de suas reivindicações.

Os Movimentos que buscam afirmar identidades vistas de forma negativa perante a sociedade local se constituem de forma diversa e distinta, como, por exemplo a população autodeclarada negra amazonense. Silva Júnior (2006) enfatiza que este grupo de população negra (afrodescendente) se compõe daqueles que se definem como os que possuem cor preta e/ou parda, levando em consideração as definições do Movimento Negro, os conceitos Antropológicos, Históricos-sociais, assim como as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Sobre o último, a declaração de cor e raça da população amazonense no ano 2000 distribuía-se em 65, 7% pardos; 24,8% brancos; 3,7% pretos e 4,4% amarelos e indígenas (IBGE, 2000). Para Silva Júnior (2006) considerável número de “pardos locais” declara descender de grupos indígenas demonstrando imprecisão quanto ao seu pertencimento étnico, sendo que não se exclui que, ainda em minoria, a abundante população de pardos do Estado do Amazonas seja constituída de significativa parcela de afrodescendentes.

A população amazonense tem como uma de suas características a declaração de pardo encontrada em grande maioria nos registros de nascimento feitos em cartórios do Estado, o que poderia justificar a autodeclaração de pardo tão comumente afirmada quando se questiona a composição de cor e raça nível local.

Sobre o exposto, pode-se considerar que a categoria de identificação pardo é encontrada oficialmente no Recenseamento de 1872, o primeiro realizado no país e na qual outras classificações de cor como branco, preto e caboclo também são categorizadas de forma sistemática (PETRUCCELLI, 2013), sendo que naquele momento os dados estatísticos públicos demonstram que 13% da população amazonense era constituída de pardos, enquanto que mais da metade da população local era de caboclos. Como Sampaio (1997) sinalizou os dados coletados pelo Recenseamento Geral de 1872 evidenciam o uso da categoria cor, do conceito de raça e



a experiência de classificação populacional amazonense com identificação étnica cabocla.

Aparecendo como uma referência do censo 1872 que servia como oposição à classificação “pretos” escravizados, o pardo representava o não branco que não era preto porque era livre. O recenseamento tinha por base a classificação pela cor da pele, sendo que a categoria pardo passa um período ausente dos censos, até que nos anos 1950 e 1960 volta a ser incorporado como unidade de coleta e estudo do grupo de cor.

Petrucelli (2013) destaca que os Censos Demográficos 1950 e 1960 foram “os primeiros que orientavam explicitamente, nas instruções de preenchimento, a respeitar a resposta da pessoa recenseada, constituindo a primeira referência explícita ao princípio de autodeclaração” (PETRUCCELLI, 2013, p. 23). No Amazonas as declarações étnicas registradas no último Censo demonstram que grande parte da população residente se declarou parda, seguidas numericamente pelos que se afirmaram brancos, negros e indígenas, respectivamente (IBGE, 2010).

Silva (2019) argumenta que a população amazonense tem suas origens étnicas principalmente ligadas aos indígenas e suas relações com os colonizadores brancos que lhe garantiram descendência, mas “a presença negra e a formação de quilombos na região amazônica evidencia a presença negra como elemento agregador nas mestiçagens originais entre brancos e indígenas” demonstrando a diversidade étnico-racial dos amaznidas.

Entende-se que Silva (2019) faz referência aos estabelecimentos de mocambos afro-indígenas em territórios amazônicos como a região fronteira com a Guiana, onde Flávio Gomes considerou como lugar privilegiado para amocambados interétnicos.

Atualmente, Silva Júnior (2006) considera que população negra do território amazonense abrange os indivíduos de cor preta e a soma dos que possuem cor preta e parda, expandindo ainda mais a representatividade dos afrodescendentes na população do estado.

Deve-se salientar que a afirmação de predominância de uma categoria de identificação étnica possibilitou que outros grupos reivindicassem a execução de seu direito de se auto identificar no âmbito do estado. Silva (2019) evidencia ainda que, as associações e movimentos raciais como o Nação Mestiça, o Pardo-Mestiço Brasileiro e o dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia contestam o Estatuto da Igualdade Racial

“que identifica toda população negra brasileira na classificação de cor preta e parda” (SILVA, 2019, p. 185). O autor considera as diferenciações e particularidades das populações amazônicas em relação as de outras áreas do território brasileiro, destacando que houve impactos distintos da presença africana em municípios do Amazonas.

Segundo Silva (2019), em face dessa classificação étnico-racial é que os Movimentos mestiço e caboclo defendem adequações no Estatuto da Igualdade Racial para que suas identidades étnico-raciais sejam devidamente reconhecidas nas pesquisas oficiais. Os mesmos se consideram invisibilizados no âmbito nacional ainda que sua diversidade esteja presente maciçamente nas diferentes áreas da Amazônia e do Amazonas profundo.

Sobre o Movimento Negro no Amazonas pode-se considerar que tem sido analisado em novos estudos nos últimos anos destacando temas como os processos histórico-culturais dos africanos e afrodescendentes; revisitações e cartografias sociais das comunidades quilombolas; a corporeidade negra além de outros temas que, segundo Silva (2018) possuem grande importância e imprescindíveis para o entendimento das relações étnico-raciais no contexto amazonense.

Os estudos de tais temáticas também expressam a necessidade de fortalecer a luta contra o racismo, a qualquer tipo de discriminação e preconceito no meio social em que vivenciamos, uma vez que ainda existem muitas lacunas, invisibilidade e silenciamento da presença negra no Amazonas que “que interferem negativamente para o avanço das políticas efetivas de promoção da igualdade racial” (SILVA, 2018, p. 65).

Ainda se apresenta no Estado do Amazonas o pensamento social que nega ou inferioriza a presença negra na Amazônia, que relega o negro ao status de “fora de contexto da identidade da região”. Por isso a ampliação dos estudos das temáticas de discussão sobre a presença negra no território amazonense tem possibilitado novas perspectivas sobre as trajetórias e impactos da população afro-amazonense na região. As lutas dos africanos e seus descendentes no estado se desenvolveram e ampliaram suas forças em grupos e movimentos que foram conquistando espaços na discussão sobre a identidade étnico-racial da região.

Identidades negras têm sido afirmadas no Estado do Amazonas e a construção negativa erigida sobre a presença negra na região tem sido desconstruída pelas organizações negras que atuam a nível local e nacional. Vale ressaltar que as discussões

sobre ações afirmativas no território brasileiro são recentes, sendo que o movimento negro inseriu o tema no debate público nacional (HERINGER, 2002).

Nos períodos iniciais de lutas pelos direitos dos negros no Amazonas se tem a presença das entidades como a Sociedade Emancipadora Amazonense, criada em 1870; a Sociedade Libertadora fundada em 1882; a Cruzada Libertadora da Escola Normal e Clube Juvenil Emancipador criados a partir de 1884. Para Silva (2018) os movimentos negros no Amazonas mantem seu objetivo de resguardar a memória e continuar as lutas contra o silenciamento, a invisibilidade e esquecimento da população negra local, sendo que as reivindicações da comunidade são antigas na história da região.

A autora considera Nestor José Soeiro do Nascimento como um dos ícones da luta contra o racismo no Estado do Amazonas que possui o seguinte histórico:

Nascimento foi fundador da Associação dos Moradores e Amigos da Praça 14, sócio fundador da Escola de Samba da Vitória Régia. Kursou o ensino fundamental no Grupo Escolar Luízinha Nascimento, ensino médio no Colégio Estadual Rivadávia Corrêa (RJ); foi Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, sendo inclusive um dos fundadores do Centro Acadêmico de Direito da universidade em referência. Exerceu a função de Segurança do Ministro Lira Tavares pelo Ministério do Exército em 1968, escolhido pelo General Costa e Silva no Palácio das Laranjeiras. Atuou como repórter universal de notícias, no Rio de Janeiro, no ano de 1968; exerceu a função de colunista e Repórter no Jornal A Notícia, em Manaus, no período de 1972 à 1975; Diretor Superintendente Cultural do Amazonas em exercício entre os anos de 1984 à 1986, citado como um dos melhores alunos da Universidade do Amazonas, pelo Professor Samuel Benchimol, na Ordem dos Cobras. Foi Vice-Presidente do Clube da Madrugada e membro da Sociedade dos amigos de Portugal de Manaus e ainda foi Presidente do Conselho Estadual de Cultura 92/94. Atuou e fundou o Movimento Alma Negra – MOAN, em Manaus, no final da década de 60, visitou os EUA a convite de Bill Clinton/1997, então presidente dos Estados Unidos, onde manteve contato com várias entidades, visitou o Capitólio, a Casa Branca e na oportunidade concedeu entrevista à voz da América como um dos mais ilustres defensores dos direitos civis no Brasil (SILVA, 2018, p. 68).

As experiências vivenciadas por Nestor José Soeiro do Nascimento demonstram sua atuação impactante dentro de entidades e Movimentos Sociais de luta pelos direitos dos negros amazonenses, como é o exemplo do Movimento Alma Negra – MOAN onde Nascimento deu passos importantes para a história da luta dos negros a nível regional. Silva (2018) enfatiza que Nascimento nunca escondeu as marcas das torturas que sofreu durante a Ditadura Civil-Militar mostrando-as para que a memória da opressão e violência sobre os corpos negros nunca fosse esquecida.

Para a autora, o Movimento Alma Negra – MOAN foi a primeira instituição política direcionada ‘à defesa dos direitos civis da população negra do estado e procurava revelar para a sociedade amazonense, que a presença negra tem seu espaço e ela é também um aspecto determinante para a compreensão da história do Amazonas’ (SILVA, 2018, p. 69).

O Movimento Negro no Amazonas possui um longo percurso de atividades no estado, mas também sofre com as sucessivas tentativas de silenciamento e esquecimento. Mas existem vários membros da união do grupo étnico que estão distribuídos em atividades e projetos executados no território amazonense, como por exemplo, o Fórum Permanente Afrodescendente do Amazonas criado em 2004, o FOPAAM, que representa e incentiva várias organizações de afrodescendentes na unidade federativa, entre as quais estão grupos que combatem o racismo por meio do Hip-Hop, grafite, dança e capoeira (SILVA, 2018).

Também fazem parte do FOPAAM os grupos de religiões de matriz africana que integram a Federação de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros do Estado do Amazonas -FUCABEAM; além de instituições como a Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB; a Cáritas Arquidiocesana de Manaus; a Associação dos Portadores de Anemia Falciforme e outras Hemoglobinas do Estado do Amazonas – APAFHAM; a Associação de Remanescentes Quilombolas de Novo Airão Zona Urbana – ARQNAZU; a Federação das organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB), o Instituto Cultural Afro Mutalembê – ICAM; a Associação do Movimento Orgulho Negro do Amazonas – AMONAM; a Associação Cultural Tambor de Crioula; a União de Negras e Negros pela Igualdade - UNEGRO e as Dandaras - Mulheres Negras da Floresta (SILVA, 2018).

Os diferentes projetos e associações mostram a força do Movimento Negro no Estado do Amazonas em meio ao cenário em que o IGBE classifica toda pessoa que se declara parda ou preta como afrodescendente, resultado das políticas públicas reivindicadas pelas organizações negras impulsionaram contrapartidas do estado. Gonçalves (2003, p. 16) considera que é no século XX que a força do Movimento Negro Urbano faz a sociedade conhecer as mudanças no “sistema de classificação racial como “de homens de cor a pretos”, “de pretos a afro-brasileiros”, de “afro-brasileiros a

negros”, de “negros a afrodescendentes”, e assim por diante (GONÇALVES, 2003, p. 16).

As ações afirmativas no Amazonas têm se consolidado pelo conjunto de iniciativas de Organizações Indígenas e Movimentos Negros, ainda que se opondo em algumas demandas específicas, também se unem em seus anseios pelas reivindicações de direitos e combates às exclusões e desigualdades sociais em que indígenas e negros são submetidos, e pelo reconhecimento de sua identidade étnico-racial. Ainda que a igualdade de oportunidades não seja uma realidade no meio social amazonense assim como no âmbito nacional, os movimentos sociais reivindicam mudanças significativas para as populações que ainda são etnicamente e socialmente marginalizadas.

Mas é importante ressaltar que as políticas públicas ainda são alvo de combates por segmentos do meio social amazonense assim como em outras áreas do país. As cotas são um exemplo de que ainda há estranhamento de sujeitos e grupos em relação à presença negra no Amazonas e também existe contestação dos direitos dos indígenas. Para Heringer (2002) é frequente a ocorrência de críticas ao tema ações afirmativas e há e resistências a incorporação das políticas. Ainda há muito a ser reivindicado e respeitado em relação às identidades étnico-raciais de populações como os negros e negras amazonenses.

Tendo como base os estudos de Reis (2007) pode-se considerar que a identidade amazonense é histórica, assim como a nacional, uma vez que “é (re)construída em cada presente, em uma relação de recepção e recusa de passado e de abertura e fechamentos aos futuros” (REIS, 2007, p. 18). É paradoxal em muitos contextos e em longo prazo em seu processo, mas em algumas situações como as de oposição, parece ser epifânica. Para o autor, cada brasileiro (a) reconhece continuamente sua identidade histórica em sua diferença reconhecida, mesmo diante da reconstrução, da heterogeneidade, das contradições, pluralidades e multiplicidade (REIS, 2007, p. 18)

CONCLUSÃO



A relevância da cultura africana e afro-brasileira na Amazônia deve ser discutida de forma ampla e destituir quaisquer equívocos provenientes da falta de conhecimento sobre as vivências afro no território amazônico.

O reconhecimento de comunidades afrodescendentes no Estado no Amazonas é um processo de profundo impacto para o entendimento da formação sócio cultural amazônica, pois, reconhecer a relevância da cultura negra na região contribui para que os próprios povos amazônicos assim como demais grupos e sociedades conheçam uma história que ainda não era evidenciada entre as que compõem a trajetória da complexa região amazônica. O estudo da cultura negra na região é de suma importância para o conhecimento da Amazônia multiétnica que contemporaneamente é conhecida e evidenciada, mas ainda estudada com poucos olhares para a contribuição negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – Formação Social e Cultural*. Manaus: Editora Valer, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARNEIRO, Edison. **Ladinos e crioulos**. Rio, Civ. Bras., 1964. 240 p.

FIGUEIREDO, Napoleão. *Presença africana na Amazônia*. Afroasia, Salvador 12, p. 145-160, 1976.

FONSECA, Dante Ribeiro da. *O trabalho do escravo de origem africana na Amazônia*. Rondônia: Revista Veredas Amazônicas – nov. – nº 01, Vol. I, 2011. In: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/view/241/257>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

GOMES, Flávio dos Santos. *Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia*. Revista USP, São Paulo (28):40-55, dezembro/fevereiro 95/96.

GOMES, Flávio; MARIN, Rosa. *Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII)* - Revista de História / Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. n. 149 (2003). p. 71 – 72.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. *De preto a afrodescendente: da cor da pele à categoria científica*. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção et. all (org.). *De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCAR, 2003. 345 p.

TILLQUIST, Ylva. **Registros de quilombo no Brasil e na região do Rio da Prata**. Dissertação (Mestrado em Léxico africano/ Português e Espanhol), Departamento de Estudos espanhóis, portugueses e latino-americanos. Universidade de Estocolmo, 2013.

VÉRAN, Jean-François 'Nação Mestiça': As políticas étnico-raciais vistas da periferia de Manaus. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 3 - no 9 - JUL/AGO/SET 2010 - pp. 21-60

Recebido em: 01/04/2021

Aprovado em: 28/04/2021